

n.º 3 do artigo 30.º da Portaria, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 36.º da citada Portaria.

15.2 — A lista unitária de ordenação final dos candidatos, após homologação da Junta de Freguesia, é publicada na 2.ª série do *Diário da República* e afixada em local visível e público das instalações da Freguesia.

16 — O presente aviso será publicitado na Bolsa de Emprego Público (BEP) e por extrato, num jornal de expansão nacional, nos termos do n.º 1 do artigo 19.º da Portaria.

26 junho de 2012. — O Presidente da Junta, *João José Almeida Carpelho*.

306234768



## PARCAIXA, SGPS, S. A.

### Relatório n.º 24/2012

Sede: Avenida de João XXI, 63, 1000-300 Lisboa.  
Número de identificação fiscal: 508659558.

### Relatório e contas de 2011

#### Órgãos sociais

Mesa da assembleia geral:

Presidente — Dr. Hernâni da Costa Loureiro.  
Secretário — Dr. José do Espírito Santo Menezes e Teles.

Conselho de administração:

Presidente — Dr. José Agostinho Martins de Matos.  
Vogal — Dr. Joaquim José de Oliveira Reis.  
Vogal — Vago (por renúncia apresentada em 23 de fevereiro de 2012 do Dr. Jorge Humberto Correia Tomé).  
Vogal — Dr. Vítor José Lilaia da Silva.

Conselho fiscal:

Presidente — Engenheiro José de Melo Torres Campos.  
Vogal — Dr. António Demétrio Gervásio Lérias.  
Vogal — Dr.ª Catarina Sofia Castanheira Nunes.  
Vogal (suplente) — Dr. João Manuel Barata da Silva.

Revisor oficial de contas:

Abreu & Cipriano, Auditores, SROC, representada pelo *Dr. João Amaro dos Santos Cipriano*.

### Relatório do conselho de administração

Durante o exercício de 2011 a Parcaixa desenvolveu a sua atividade enquadrada na missão de contribuir para uma gestão mais racional da carteira de participações financeiras dos acionistas, com o objetivo de melhorar a sua solvabilidade.

#### 1 — Análise económico-financeira

##### 1.1 — Análise dos investimentos financeiros

Devido à composição da sua carteira de participações, a Sociedade está sujeita à Supervisão do Banco de Portugal, pelo que organizou a sua contabilidade de acordo com as regras das Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA) (n.º 2 do anexo às DF).

No exercício de 2011, a Parcaixa adquiriu 130.500 ações da OMP — Operador do Mercado Ibérico (Portugal), SGPS, S. A., correspondentes a 5 % do seu capital social e ainda 5 % de Prestações Suplementares dessa sociedade, pelo valor de, respetivamente, 832.114 e 413.200 euros.

Adquiriu, ainda, 148,9 milhões de ações preferenciais sem voto da INAPA — Investimentos, Participações e Gestão, S. A., pelo montante de 26,8 milhões de euros, correspondentes a 33,01 % do capital social total.

No exercício em análise, a Parcaixa vendeu à Parpública a participação que detinha na EDP pelo valor de 55,5 milhões de euros, montante esse que ainda não foi recebido.

A posição final da carteira de investimentos no exercício de 2011 e de 2010 era a seguinte:

#### Mapa 1

(Em euros)

Em espécie	31 de dezembro de 2011			31 de dezembro de 2010		
	Número de ações	Percentagem do capital social	Valor do balanço	Número de ações	Percentagem do capital social	Valor do balanço
<i>Investimentos Filiais</i>						
CLF	2 000 000	100	150 000 000	2 000 000	100	150 000 000
<i>Ativos Financeiros Disponíveis p/Venda</i>						
AdP	16 511 000	19,0	264 817 012	16 511 000	19,0	294 049 055
Sagesecur	877 500	19,5	171 304 000	877 500	19,5	171 304 000
Galp Energia, SGPS	5 600 255	0,68	2 150 000	5 600 255	0,68	2 150 000
EDP, Energ. Portugal			63 730 901	16 173 184	0,44	80 307 654
OMP	130 500	5,00	832 114			40 287 401
Inapa	148 888 866	33,01	26 799 996			

As participações na Caixa Leasing e Factoring, na ADP, na Sagesecur e na OMP estão valorizadas ao custo histórico, não existindo, em 31 de dezembro de 2011, quaisquer indícios de imparidade.

Os restantes investimentos, classificados em disponíveis para venda estão valorizadas ao justo valor (n.º 2.1.3 do anexo) e as mais-valias potenciais foram relevadas em reservas de reavaliação. Nesta categoria de ativos estão as participações na Galp e na Inapa.

A sociedade contratou com o Caixa Banco de Investimento a gestão de uma carteira de 100 milhões de euros. Com esta carteira pretende-se

uma valorização do capital a médio e longo prazo, independentemente da evolução dos mercados financeiros, bem como detetar oportunidades de *trading* nos mercados para horizontes temporais de curto prazo, sem prejudicar o objetivo principal de preservação do capital investido.

Os investimentos efetuados, no âmbito do contrato mencionado, foram os constantes do mapa 2, classificados na rubrica de Ativos financeiros detidos para negociação. Estes investimentos estão registados ao justo valor e os ganhos ou perdas provenientes da sua valorização, afetam diretamente o resultado do exercício (n.º 2.1.1 do anexo).

## Mapa 2

(Em euros)

Em espécie	Valor do balanço em 31 de dezembro de 2011	Valor do balanço em 31 de dezembro de 2010	Variação
<i>Ativos Fin. Detidos p/Negociação</i> .....	43 628 523	60 253 405	-16 624 882
Instrum. de Dívida (Obrigações) .....	26 802 830	47 892 787	-21 089 957
Instrum. de Capital (Ações) .....	16 825 693	12 360 618	4 465 075

Foram ainda efetuadas aplicações no montante de 35 milhões de euros em papel comercial.

O total dos ativos financeiros (constantes dos mapas 1 e 2), no final do exercício de 2011, foi de 458,4 milhões de euros, representando um decréscimo de 46 milhões de euros relativamente ao exercício anterior (-13%).

## 1.2 — Análise do resultado do exercício

Para o desenvolvimento da sua atividade, no exercício de 2011, a sociedade incorreu em vários gastos dos quais se destacam os seguintes:

Com as operações de aquisição e venda de títulos, que incluem comissões e serviços prestados, a sociedade gastou 149 milhares de euros (n.º 15 do anexo);

Os gastos com os membros do Conselho Fiscal em remunerações e encargos sociais totalizaram 42,4 milhares de euros (n.º 18 do anexo);

A rubrica de outros gastos administrativos engloba, entre outras de reduzido valor: os honorários do Revisor Oficial de Contas, no montante de 19 milhares de euros; a despesa com a manutenção do registo das ações da própria sociedade na Interbolsa, no montante de 20 milhares de euros; 5,7 milhares de euros com a publicação das contas de 2010 no *Diário da República* (n.º 19 do anexo) e ainda o pagamento ao Caixa-Banco de Investimento do preço do relatório de avaliação da participada AdP, no montante de 50 milhares de euros.

No exercício de 2011, a sociedade apurou um total de ganhos de 42 milhões de euros, (n.ºs 13, 14 e 17 do anexo), a seguir enumerados:

Juros obtidos com as aplicações em instituições de crédito, sobretudo em depósitos a prazo, no total de 14 milhões de euros;

Juros de suprimentos 363,7 milhares de euros;

Juros de obrigações, 1,5 milhões de euros;

Juros de papel comercial 1,6 milhares de euros;

Dividendos recebidos das suas participadas AdP, Caixa Leasing e Factoring e Sagesecur, respetivamente, de 5,1 milhões de euros, 2 milhões de euros e 98 milhares de euros;

Dividendos recebidos das suas participadas EDP e Galp, respetivamente, de 2,7 milhões de euros e 784 milhares de euros.

Resultado obtido com a venda da participação na EDP, no montante de 5,3 milhões de euros.

Apesar de, nas operações oriundas de ativos financeiros detidos para negociação, se ter apurado um ganho de 8,4 milhões de euros, as perdas foram de 12,1 milhões, pelo que se obteve um saldo negativo de 3,7 milhões de euros (n.º 16 do anexo).

O resultado líquido apurado no exercício de 2011 foi de 23,2 milhões de euros, valor superior em 17,3 milhões de euros, ao do exercício anterior. Este aumento deveu-se sobretudo ao aumento dos juros (10 M€), dos rendimentos oriundos dos dividendos (1,8 M€), e dos resultados das aplicações avaliadas ao justo valor (+4,4 M€).

## 1.3 — Análise da estrutura financeira

No Ativo, para além dos investimentos indicados no ponto 1.1, a sociedade detém outras aplicações financeiras cujos saldos mais relevantes são os seguintes:

Em aplicações em instituições de crédito, estão registados depósitos a prazo na Caixa Geral de Depósitos, valores que advieram do numerário entregue aquando da realização do capital da sociedade, cujo saldo em 31 de dezembro era de 436 milhões de euros e 19,5 milhões de euros de depósitos a prazo no Caixa-Banco de Investimento (n.º 5 do anexo);

Em Outros Ativos, cujo saldo é de 106,1 milhões de euros, estão contabilizados, entre outros, o valor a receber da Parpública pela venda da participação na EDP, no montante de 55,9 milhões de euros, um crédito correspondente a suprimentos no montante de 14,8 milhões de euros que a sociedade detém na Sagesecur, e 35 milhões de euros de valores titulados por Papel Comercial, emitido nomeadamente, pela Sonae, EDA e REN, entre outras sociedades. (n.º 10 do anexo).

Em disponibilidades a sociedade detinha em 31 de dezembro, 813 milhares de euros (n.º 4 do anexo).

Do Ativo constava, ainda, no final do exercício, 3,5 milhões de euros relativos a imposto sobre o rendimento a recuperar (n.º 9 do anexo).

Do Passivo da sociedade consta o valor de operações financeiras, compra e venda de títulos de negociação, cuja data de transação e de liquidação não coincidem no mesmo mês (n.º 11 do anexo). No exercício em análise, a Parcaixa irá pagar IRC, no montante de 6,4 milhões de euros.

Os Capitais Próprios registaram um aumento de 11 milhões de euros, face a 2010, resultante do aumento de 17,3 milhões no resultado líquido, e da redução das reservas em 6,8 milhões de euros.

O saldo das reservas de reavaliação que, em 31 de dezembro de 2011, era de -2,4 milhões de euros foi obtido da seguinte forma:

(Em euros)

Instrum. capital valor. ao justo valor	Número de ações	Custo de aquisição	Valor de mercado	Menos valias potenciais
Galp Energia .....	5 600 255	66 095 154	63 730 902	2 364 252

## 2 — O Governo da Sociedade

A sociedade não tem qualquer empregado e os membros do Conselho de Administração não auferem qualquer remuneração. Até ao momento,

os serviços necessários ao funcionamento da sociedade têm sido assegurados por vários departamentos da Caixa Geral de Depósitos.

Os gastos com os membros do Conselho Fiscal constam do quadro seguinte:

	2011			2010	
	Valor ilíquido	Encargos sociais	Redução Lei OE/11	Valor ilíquido	Encargos sociais
Presid: Eng. José de Melo Torres Campos .....	14 130	2 317	1 575	18 000	2 754
Vogal: Dr. António Demétrio Gervásio Lérias .....	12 960	0	1 440	14 400	3 060
Vogal: Dr.ª Catarina Sofia Castanheira Nunes .....	12 994	0	1 289	13 360	2 839
<i>Total do Conselho Fiscal</i> .....	40 084	2 317	4 304	45 760	8 653

Os honorários do Revisor Oficial de Contas, acordados anualmente com o Conselho de Administração, permaneceram no exercício de 2011 em 19 milhares de euros, o mesmo valor de 2010.

As operações realizadas com entidades relacionadas com a sociedade apresentavam, em 31 de dezembro de 2011, os saldos indicados no n.º 21 do anexo às Demonstrações Financeiras.

**3 — Proposta de Aplicação de Resultados**

O Conselho de Administração, considerando a necessidade de constituir a reserva legal, nos termos do n.º 1 do artigo 295.º do Código das Sociedades Comerciais e o disposto no artigo 28.º dos Estatutos da Sociedade;

Propõe, em cumprimento do artigo 66.º, n.º 2, alínea f) do Código das Sociedades Comerciais, a seguinte aplicação para o resultado do exercício de 2011, no montante de 23.178.401,73 euros:

Reserva Legal.....	1 158 920,09
Dividendo Prioritário Ações da Categoria B.....	3 981 000,00
Dividendo a distribuir pelas ações da Categoria A e B	18 038 481,64

**4 — Perspetivas Futuras**

O Conselho de Administração, no cumprimento da missão fixada para a Sociedade, analisará com os acionistas as possibilidades de adquirir novas participações para a carteira da Sociedade tendo, naturalmente,

em conta as condições concretas do mercado bolsista que vierem a verificar-se ao longo do ano de 2012.

Lisboa, 07 de maio de 2012. — O Conselho de Administração: *José Agostinho Martins de Matos*, presidente — *Joaquim José de Oliveira Reis*, vogal — *Vitor José Lilaia da Silva*, vogal.

**Estrutura acionista**

Em cumprimento dos artigos 447.º e 448.º do Código das Sociedades Comerciais:

Acionistas	Número de ações	Categoria
Caixa Geral de Depósitos, S. A. . . . .	510 000 000	A
Parpública, Participações Públicas (SGPS) S. A. . . . .	340 000 000 150 000 000	A B

**Balancos em 31 de dezembro de 2011 e 2010****(Em euros)**

Notas	31 de dezembro de 2011			31 de dezembro de 2010
	Valor antes de provisões, imparidade e amortizações	Provisões, imparidade e amortizações	Valor líquido	
<b>Ativo</b>				
1 — Caixa e disponibilidades em bancos centrais.....	3	67	67	72
2 — Disponibilidades em outras instituições de crédito.....	4	813 334	813 334	247 199
3 — Ativos financeiros detidos para negociação.....	6	43 628 523	43 628 523	60 253 405
4 — Outros ativos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados.....				
5 — Ativos financeiros disponíveis para venda.....	7	272 455 505	7 638 493	294 049 055
6 — Aplicações em instituições de crédito.....	5	459 516 353	459 516 353	442 566 967
7 — Crédito a clientes.....				
8 — Investimentos detidos até à maturidade.....				
9 — Ativos com acordo de recompra.....				
10 — Derivados de cobertura.....				
11 — Ativos não correntes detidos para venda.....				
12 — Propriedades de investimento.....				
13 — Outros ativos tangíveis.....				
14 — Ativos intangíveis.....				
15 — Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos.....	8	150 000 000	150 000 000	150 000 000
16 — Ativos por impostos correntes.....	9	3 511 110	3 511 110	4 139 180
17 — Ativos por impostos diferidos.....				
18 — Outros ativos.....	10	106 098 577	106 098 577	59 726 483
<i>Total do Ativo</i> .....		1 036 023 469	7 638 493	1 028 384 976
				1 010 982 361

**(Em euros)**

Notas	31 de dezembro de 2011		31 de dezembro de 2010
	Valor antes de provisões, imparidade e amortizações	Provisões, imparidade e amortizações	
<b>Passivo</b>			
1 — Recursos de bancos centrais.....			
2 — Passivos financeiros detidos para negociação.....			
3 — Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados.....			
4 — Recursos de outras instituições de crédito.....			
5 — Recursos de clientes e outros empréstimos.....			
6 — Responsabilidades representadas por títulos.....			
7 — Passivos financeiros associados a ativos transferidos.....			
8 — Derivados de cobertura.....			
9 — Passivos não correntes detidos para venda.....			
10 — Provisões.....			
11 — Passivos por impostos correntes.....	9	6 442 534	0
12 — Passivos por impostos diferidos.....			
13 — Instrumentos representativos de capital.....			
14 — Outros passivos subordinados.....			
15 — Outros passivos.....	11	130 848	65 194
<i>Total de Passivo</i> .....		6 573 382	65 194

(Em euros)			
	Notas	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
<b>Capital</b>			
16 — Capital .....	12	1 000 000 000	1 000 000 000
17 — Prémios de emissão .....			
18 — Outros instrumentos de capital .....			
19 — (Ações próprias) .....			
20 — Reservas de reavaliação .....	12	-2 364 252	4 363 034
21 — Outras reservas e resultados transitados .....	12	997 444	704 987
22 — Resultado líquido .....	12	23 178 402	5 849 146
23 — (Dividendos antecipados) .....			
<i>Total de Capital</i> .....		<u>1 021 811 594</u>	<u>1 010 917 167</u>
<i>Total de Passivo + Capital</i> .....		<u>1 028 384 976</u>	<u>1 010 982 361</u>

O Conselho de Administração: *José Agostinho Martins de Matos*, presidente — *Joaquim José de Oliveira Reis*, vogal — *Vítor José Lilaia da Silva*, vogal. — O Técnico Oficial de Contas, *Pedro Torrinha Costa*.

#### Demonstração dos resultados em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em euros)			
	Notas	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Juros e rendimentos similares .....	13	17 537 196	7 545 940
Juros e encargos similares .....		0	0
Margem financeira .....		17 537 196	7 545 940
Rendimentos de instrumentos de capital .....	14	10 760 977	8 918 001
Encargos com serviços e comissões .....	15	149 100	78 372
Resultados em ativos avaliados ao justo valor através de resultados .....	16	-3 703 804	-2 733 084
Resultados de ativos financeiros disponíveis para venda .....	17	5 320 978	0
Outros resultados de exploração .....	20	-7 938	-24 830
Produto da atividade .....		29 758 309	13 627 655
Custos com pessoal .....	18	42 401	54 413
Outros gastos administrativos .....	19	94 972	85 602
Imparidade de outros ativos, líquida de reversões e recuperações .....			7 638 493
Resultado antes de impostos .....		29 620 936	5 849 146
Impostos .....		6 442 534	0
Correntes .....	9	6 442 534	0
Diferidos .....			
Resultado após impostos .....		23 178 402	5 849 146
Resultado líquido .....		23 178 402	5 849 146

O Conselho de Administração: *José Agostinho Martins de Matos*, presidente — *Joaquim José de Oliveira Reis*, vogal — *Vítor José Lilaia da Silva*, vogal. — O Técnico Oficial de Contas, *Pedro Torrinha Costa*.

#### Demonstração dos resultados integral em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em euros)			
		31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Alteração no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda:			
Variação no Exercício .....		-1 406 308	-4 984 995
Ajustamentos de reclassificação da reserva de justo valor para resultados .....			7 638 493
Reconhecimento de imparidade no exercício .....		0	7 638 493
Alienação de ativos financeiros disponíveis para venda .....		-5 320 978	0
Total do rendimento integral do exercício reconhecido em reservas .....		-6 727 286	2 653 498
Resultado líquido do exercício .....		23 178 402	5 849 146
Total do rendimento integral do exercício .....		16 451 116	8 502 644

O Conselho de Administração: *José Agostinho Martins de Matos*, presidente — *Joaquim José de Oliveira Reis*, vogal — *Vítor José Lilaia da Silva*, vogal. — O Técnico Oficial de Contas, *Pedro Torrinha Costa*.

#### Demonstração dos fluxos de caixa em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em euros)			
		31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
<b>Atividades operacionais</b>			
Juros, comissões e outros proveitos equiparados recebidos .....		12 887 845	7 457 234
Juros, comissões e outros proveitos equiparados pagos .....		(149 100)	(78 372)

	(Em euros)	
	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Pagamentos a empregados e fornecedores .....	(138 795)	(151 331)
Resultados em instrumentos derivados — futuros .....		(939 860)
Resultados em ativos financeiros de negociação .....	44 133	258 529
Outros resultados .....	(7 938)	(24 580)
	<u>12 636 145</u>	<u>6 521 621</u>
(Aumentos)/diminuições nos ativos operacionais .....		
Ativos de negociação .....	12 876 944	(17 941 079)
Créditos sobre instituições de crédito .....	(12 602 000)	14 050 000
Outros ativos .....	(51 396 220)	(1 856 280)
	<u>(51 121 276)</u>	<u>(5 747 358)</u>
Aumentos/(diminuições) nos passivos operacionais .....		
Outros passivos .....	104 889	14 143
Imposto sobre lucros .....	628 070	(6 050 733)
Caixa líquida das atividades operacionais .....	<u>(37 752 172)</u>	<u>(5 262 328)</u>
<b>Atividades de investimento</b>		
Rendimentos de ativos financeiros disponíveis para venda .....	10 760 977	8 918 001
Resultados de ativos financeiros disponíveis para venda .....	5 320 978	
Aquisições de ativos financeiros disponíveis para venda .....	<u>22 504 757</u>	<u>(1 139 475)</u>
Caixa líquida das atividades de investimento .....	<u>38 586 712</u>	<u>7 778 526</u>
<b>Atividades de financiamento</b>		
Suprimentos concedidos, líquidos de amortizações .....	4 875 000	7 536 400
Juros de suprimentos recebidos no exercício .....	413 279	1 057 635
Dividendos distribuídos .....	<u>(5 556 689)</u>	<u>(13 394 752)</u>
Caixa líquida das atividades de financiamento .....	<u>(268 410)</u>	<u>(4 800 717)</u>
Aumento (diminuição) líquido de caixa e seus equivalentes .....	<u>566 130</u>	<u>(2 284 519)</u>
Caixa e seus equivalentes no início do período .....	247 271	2 531 790
Caixa e seus equivalentes no fim do período .....	813 401	247 271

O Conselho de Administração: *José Agostinho Martins de Matos*, presidente — *Joaquim José de Oliveira Reis*, vogal — *Vitor José Lilaia da Silva*, vogal. — O Técnico Oficial de Contas, *Pedro Torrinha Costa*.

### Demonstração das alterações nos capitais próprios em 31 de dezembro de 2011 e 2010

	(Em euros)						
	Capital	Outras reservas e resultados transitados			Resultado do exercício	Total	
		Reservas de reavaliação	Reserva legal	Resultados transitados			Total
Saldos em 1 de janeiro de 2010 .....	1 000 000 000	1 709 536			1 709 536	14 099 739	1 015 809 275
Distribuição do resultado do exercício de 2009:							
Transferência para reservas .....			704 987	0	704 987	(704 987)	0
Distribuição de lucros .....						(13 394 752)	(13 394 752)
Valorização de ativos financeiros disponíveis para venda .....		2 653 498	0	0	2 653 498	0	2 653 498
Resultado do exercício .....		<u>0</u>	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>5 849 146</u>	<u>5 849 146</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2010 .....	1 000 000 000	4 363 034	704 987	0	5 068 021	5 849 146	1 010 917 167
Distribuição do resultado do exercício de 2010:							
Transferência para reservas .....			292 457	0	292 457	(292 457)	0
Distribuição de lucros .....						(5 556 689)	(5 556 689)
Valorização de ativos financeiros disponíveis para venda .....		-6 727 286	0	0	-6 727 286	0	-6 727 286
Resultado do exercício .....		<u>0</u>	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>23 178 402</u>	<u>23 178 402</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2011 .....	1 000 000 000	-2 364 252	997 444	0	-1 366 808	23 178 402	1 021 811 594

O Conselho de Administração: *José Agostinho Martins de Matos*, presidente — *Joaquim José de Oliveira Reis*, vogal — *Vitor José Lilaia da Silva*, vogal. — O Técnico Oficial de Contas, *Pedro Torrinha Costa*.

## Anexo às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

(montantes expressos em euros)

### 1 — Nota introdutória

A Parcaixa, SGPS, S. A. (Parcaixa), constituída em 23 de dezembro de 2008, tem como acionistas a Caixa Geral de Depósitos, S. A. e a Parpública — Participações Públicas, SGPS, S. A., com participações no capital social de 51 % e 49 %, respetivamente.

A Parcaixa tem por objeto a gestão de participações sociais noutras sociedades, como forma indireta de exercício de atividades económicas.

### 2 — Políticas contabilísticas

A sociedade está sujeita à supervisão do Banco de Portugal, e assim, nos termos do Aviso n.º 1/2005 e das Instruções n.º 23/2004 e n.º 9/2005, do Banco de Portugal, prepara as suas demonstrações financeiras de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA).

A sociedade não apresenta contas consolidadas, de acordo com o estabelecido no parágrafo 10 do IAS 27. As demonstrações financeiras da sociedade são incluídas nas contas consolidadas da Caixa Geral de Depósitos, S. A., as quais se encontram disponíveis na sua sede social, na Avenida João XXI, n.º 63, 1000-300 Lisboa.

Os princípios contabilísticos mais relevantes, utilizados na preparação das demonstrações financeiras, foram os seguintes:

#### 2.1 — Ativos financeiros

##### 2.1.1 — Ativos financeiros detidos para negociação

Nesta categoria são incluídos ativos financeiros detidos para negociação, que correspondem a títulos adquiridos com o objetivo de realização de ganhos como resultado de flutuações de curto prazo nos preços de mercado.

Os ativos financeiros classificados nesta categoria são registados ao justo valor e os ganhos e perdas provenientes da sua valorização subsequente são refletidos em resultados do exercício, nas rubricas de “Resultados em ativos avaliados ao justo valor através de resultados”. Os juros são relevados nas rubricas de “Juros e rendimentos similares”.

##### 2.1.2 — Ativos financeiros disponíveis para venda

Nesta categoria são registados títulos de rendimento variável não classificados no momento da sua aquisição como títulos de negociação, abrangendo essencialmente instrumentos de capital detidos com caráter de estabilidade.

Os ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados ao justo valor. Os ganhos ou perdas resultantes das alterações no seu justo valor são relevados em capitais próprios na rubrica de “Reserva de reavaliação”.

No momento da venda, ou caso seja determinada imparidade, as variações acumuladas do justo valor são transferidas para resultados do período.

No que respeita aos ativos financeiros registados ao custo, nomeadamente instrumentos de capital não cotados e cujo justo valor não possa ser apurado com fiabilidade, são efetuadas com caráter periódico análises de imparidade.

O valor da perda por imparidade apurada é reconhecida diretamente em resultados do exercício. As perdas por imparidade nestes ativos não podem ser revertidas.

Tendo presente o disposto no artigo 32.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, não são calculados impostos diferidos relativamente a esta categoria de títulos.

Os dividendos de instrumentos de capital classificados nesta categoria são registados como proveitos no momento em que se estabelece o direito da sociedade ao seu recebimento.

##### 2.1.3 — Justo valor

Conforme acima referido, os ativos financeiros registados nas categorias de “Ativos financeiros ao justo valor através de resultados” e “Ativos financeiros disponíveis para venda”, transacionados em mercados ativos, são valorizados pelo justo valor.

O justo valor de um instrumento financeiro corresponde ao montante pelo qual um ativo ou passivo financeiro pode ser vendido ou liquidado entre partes independentes, informadas e interessadas na concretização da transação em condições normais de mercado.

O justo valor destes ativos financeiros foi determinado com base em cotação de fecho na data de balanço.

### 2.2 — Investimentos em Filiais

Esta rubrica inclui as participações em empresas em que a Parcaixa detém controlo efetivo sobre a sua gestão corrente. Normalmente o controlo é evidenciado pela detenção de mais de 50 % do capital ou dos direitos de voto da sociedade.

Estes ativos são registados pelo custo de aquisição, procedendo-se periodicamente a análises de imparidade.

### 2.3 — Impostos sobre lucros

A Parcaixa está sujeita a tributação ao abrigo do regime fiscal do Código do imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (Código do IRC) e correspondente derrama (Municipal e Estadual).

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a taxa de imposto agregada aplicável à sociedade foi de, respetivamente, 29 % e 28,5 %.

### 2.4 — Caixa e seus equivalentes

Na preparação da demonstração de fluxos de caixa, a Parcaixa considera nesta categoria as rubricas “Caixa e disponibilidades em bancos centrais” e “Disponibilidades em outras instituições de crédito”.

### 3 — Caixa e disponibilidades em bancos centrais

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2011	2010
Caixa .....	67	72

### 4 — Disponibilidades em outras instituições de crédito

As disponibilidades encontram-se depositadas nas seguintes instituições de crédito:

	2011	2010
Caixa Geral de Depósitos, S. A. ....	20 645	65 042
Caixa — Banco de Investimento, S. A. ....	792 689	182 157
	813 334	247 199

Estas disponibilidades não são remuneradas.

### 5 — Aplicações em instituições de crédito

Esta rubrica contém os seguintes elementos:

	2011	2010
Depósitos a prazo no país .....	455 052 000	442 450 000
Juros a receber .....	4 464 353	116 967
	459 516 353	442 566 967

Os valores estão depositados nas seguintes instituições de crédito:

Caixa Geral de Depósitos, S. A.:

	2011	2010
Depósitos a prazo no país .....	435 552 000	442 450 000
Juros a receber .....	4 462 078	116 967
	440 014 078	442 566 967

Caixa Banco de Investimento, S. A.:

	2011	2010
Depósitos a prazo no país .....	19 500 000	0
Juros a receber .....	2 275	0
	19 502 275	0

O prazo residual dos depósitos e a respetiva taxa média é a seguinte:

	2011 Até 180 dias	2010 Até 91 dias
Montante .....	455 052 000	442 450 000
Taxa de juro média.....	2,49%	2,48%

#### 6 — Ativos financeiros detidos para negociação

A carteira de ativos financeiros para negociação é constituída pelos seguintes instrumentos:

	2011	2010
<b>Instrumentos de Dívida:</b>		
De emissores públicos:		
Títulos de dívida pública .....	3 056 071	1 029 043
De outros emissores:		
Obrigações:		
Residentes .....	9 246 718	10 437 948
Não Residentes.....	14 500 041	36 425 796
<i>Subtotal</i> .....	<u>26 802 830</u>	<u>47 892 787</u>
<b>Instrumentos de Capital:</b>		
Ações .....	16 825 693	12 360 618
<i>Total</i> .....	<u>43 628 523</u>	<u>60 253 405</u>

#### 7 — Ativos financeiros disponíveis para venda

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, esta rubrica era composta por:

	% particip.	2011	2010
<b>Instrumentos de capital:</b>			
Valorizados ao custo histórico:			
Sagesecur — Sociedade de Estudos S. A. ....	19,5	2 150 000	2 150 000
Águas de Portugal SGPS S. A. ....			
Antes de imparidade .....	19,0	178 942 493	178 942 493
Imparidade acumulada.....		(-7 638 493)	(-7 638 493)
OMIP (Operador de Mercado Ibérico) .....	5,0	832 114	—
<i>Total</i> .....		<u>174 286 114</u>	<u>173 454 000</u>

Valorizados ao justo valor:

	% particip.	2011	2010
Galp Energia SGPS S. A. ....	0,68	63 730 902	80 307 654
EDP Energias de Portugal S. A. ....		—	40 287 401
INAPA .....	33,01	26 799 996	—
		<u>90 530 898</u>	<u>120 595 055</u>
<i>Total</i> .....		<u>264 817 012</u>	<u>294 049 055</u>

#### 8 — Investimentos em filiais

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, esta rubrica respeita integralmente a uma participação na Caixa Leasing Factoring I.F.I.C., S. A., representativa da totalidade do seu capital social.

	Categoria A	Categoria B	Total	%
Caixa Geral Depósitos, S. A. ....	510 000 000	—	510 000 000	51
Parpública SGPS, S. A. ....	340 000 000	150 000 000	490 000 000	49
	<u>850 000 000</u>	<u>150 000 000</u>	<u>1 000 000 000</u>	<u>100</u>

#### 9 — Impostos sobre o Rendimento

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o saldo dos ativos e passivos por impostos sobre o rendimento era o seguinte:

	2011	2010
Imposto sobre o rendimento a recuperar .....	3 511 110	4 139 180
Imposto sobre o rendimento a pagar .....	(-6 442 534)	—
	<u>(-2 931 424)</u>	<u>4 139 180</u>

Ao nível da reconciliação dos encargos com impostos no exercício:

	2011	2010
Resultado antes de imposto .....	29 620 936	5 849 146
Imposto sobre o lucro apurado com base na taxa nominal .....	8 538 509	1 550 024
Diferenças definitivas a deduzir:		
Dividendos recebidos de participadas .....	(-2 095 975)	(-2 363 270)
Imposto a pagar/(receber) .....	6 442 534	(-813 246)

#### 10 — Outros Ativos

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2011	2010
Suprimentos — Sagesecur .....	14 830 100	19 705 100
Juros a receber de suprimentos .....	363 671	388 475
Programas de papel comercial (PPC) .....	35 000 000	39 500 000
Juros a receber, de programas de papel comercial .....	11 088	68 985
Outros devedores .....	55 871 048	—
Outros ativos .....	22 670	63 923
	<u>106 098 577</u>	<u>59 726 483</u>

Em 31 de dezembro de 2011, a rubrica “Outros devedores” incluía uma dívida da Parpública, no valor de 55.457.848 euros, resultante da venda pela Parcaixa de uma participação detida na EDP Energias de Portugal, a qual se encontrava registada na rubrica de ativos financeiros disponíveis para venda. Em resultado desta transação, a Parcaixa reconheceu mais-valias no montante de 5.320.978 euros (Nota 17).

No decorrer do ano de 2011 a Sagesecur procedeu à amortização de suprimentos concedidos a esta sociedade no montante 4.875.000 euros. Estes suprimentos são remunerados à taxa Euribor a 3 meses, verificada no início de cada trimestre, acrescida de um *spread* de 0.8%.

#### 11 — Outros Passivos

Esta rubrica é composta por:

	2011	2010
Fornecedores .....	2 056	63 623
Retenção de impostos na fonte .....	216	474
Contribuições para a Segurança Social .....	—	1 097
Operações ativas a regularizar .....	128 576	—
	<u>130 848</u>	<u>65 194</u>

#### 12 — Capital

O capital social encontra-se integralmente subscrito e realizado, estando representado por 1.000.000.000 ações com um valor nominal de 1 Euro cada, com a seguinte composição:

Ao nível do resultado líquido temos:

2011 — 23 178 402;  
2010 — 5 849 146.

Em dezembro de 2011, estão constituídas reservas de reavaliação negativas no montante de 2.364.252 euros (referente ao título Galp), por comparação com 4.363.034 euros de reavaliações positivas, em dezembro de 2010 (referentes a reservas positivas de 14.212.503 euros do título Galp e reservas negativas de 9.849.469 euros do título EDP).

Conforme deliberação da Assembleia Geral de Acionistas, de 13 de maio de 2011, foram distribuídos dividendos no montante de 5.556.689 euros e reforçada a reserva legal no valor 292.457 euros, correspondente a 5% do resultado líquido do exercício de 2010.

### 13 — Juros e rendimentos similares

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2011	2010
Juros de aplicações em instituições de crédito — No país	14 023 231	5 097 572
Juros de papel comercial	1 603 213	621 253
Juros de obrigações	1 547 081	1 438 640
Juros de suprimentos	363 671	388 475
	<u>17 537 196</u>	<u>7 545 940</u>

### 14 — Rendimentos de instrumentos de capital

Nos exercícios de 2011 e 2010, foram obtidos os seguintes rendimentos de instrumentos de capital:

	2011	2010
De instrumentos de capital valorizados aos custo histórico:		
Águas de Portugal SGPS, S. A.	5 130 000	4 676 856
Sagesecur, S. A.	97 500	614 250
Caixa Leasing Factoring, I.F.I.C., S. A.	2 000 000	—
	<u>7 227 500</u>	<u>5 291 106</u>
De instrumentos de capital valorizados ao justo valor:		
EDP Energias de Portugal S. A.	2 749 441	2 506 844
Galp Energia S. A.	784 036	1 120 051
	<u>3 533 477</u>	<u>3 626 895</u>
<i>Total</i>	<u>10 760 977</u>	<u>8 918 001</u>

### 15 — Encargos com serviços e comissões

Nos exercícios de 2011 e 2010, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2011	2010
Operações sobre instrumentos financeiros	149 088	77 405
Serviços prestados por terceiros	12	967
	<u>149 100</u>	<u>78 372</u>

### 16 — Resultados de ativos avaliados ao justo valor através de resultados

Nos exercícios de 2011 e 2010, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2011	2010
Instrumentos de dívida	(-1 280 121)	(-199 908)
Instrumentos de capital	(-2 430 029)	(-1 593 316)

	2011	2010
Outros	6 346	(-939 860)
	<u>(-3 703 804)</u>	<u>(-2 733 084)</u>

### 17 — Resultados em ativos financeiros disponíveis para venda

Nos exercícios de 2011 e 2010, verificaram-se os seguintes resultados:

	2011	2010
Instrumentos de Capital	5 320 978	—

Os resultados do exercício de 2011, referem-se integralmente à alienação pela Parcaixa de uma participação na EDP Energias de Portugal, S. A., correspondente a 0,44% do seu capital social.

### 18 — Custos com pessoal e número médio de empregados

Nos exercícios de 2011 e 2010, esta rubrica refere-se a encargos remuneratórios com 3 membros do órgão de fiscalização, apresentando a seguinte composição:

	2011	2010
Remunerações dos órgãos sociais de fiscalização	40 084	45 760
Encargos sociais obrigatórios	2 317	8 653
	<u>42 401</u>	<u>54 413</u>

### 19 — Outros gastos administrativos

Nos exercícios de 2011 e 2010, os valores desta rubrica são os seguintes:

	2011	2010
Comunicações	4	—
Serviços especializados:		
Avenças e honorários	69 000	59 500
Judiciais contencioso e notariado	85	348
Outros serviços de terceiros	25 883	25 754
	<u>94 972</u>	<u>85 602</u>

Nos exercícios de 2011 e 2010, os honorários faturados pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, relativos à revisão legal das contas anual, ascenderam a 19.000 euros (valor sem IVA).

### 20 — Outros resultados de exploração

Nos exercícios de 2011 e 2010, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2011	2010
Imposto do selo	(-4 481)	(-2 985)
Imposto sobre rendimentos retidos no estrangeiro	(-11 271)	(-21 595)
Multas e outras penalidades	(-125)	(-250)
Outros ganhos	7 939	0
	<u>(-7 938)</u>	<u>(-24 830)</u>

### 21 — Relato por segmentos

A atividade da Parcaixa foi integralmente realizada em Portugal.



## 22 — Entidades relacionadas

Os saldos e transações referentes às operações realizadas com entidades relacionadas são os seguintes:

2011

	CGD	Caixa BI	Sagesecur	Águas de Portugal	Caixa Leasing Factoring	Parpública
<b>Ativo</b>						
Depósitos à ordem .....	20 645	792 689				
Depósitos a prazo .....	435 552 000	9 500 000				
Juros a receber de depósitos a prazo .....	4 462 078	2 275				
Suprimentos .....			14 830 100			
Juros de suprimentos a receber .....			363 671			
Outros valores a receber .....						55 457 848
Proveitos:						
Rendimento de instrumentos de capital .....			97 500	5 130 000	2 000 000	
Resultados com venda de ativos financeiros .....						5 320 978
Juros e rendimentos similares .....	14 002 584	20 647	363 671			
Custos:						
Comissões .....	109	198 579				

2010

	CGD	Caixa BI	Sagesecur	Águas de Portugal
<b>Ativo</b>				
Depósitos à ordem .....	65 043	182 157		
Depósitos a prazo .....	442 450 000			
Juros a Receber de depósitos a prazo .....	116 967			
Suprimentos .....			19 705 100	
Juros de suprimentos a receber .....			388 475	
Proveitos:				
Rendimento de instrumentos de capital .....			614 250	4 676 856
Juros e rendimentos similares .....	5 085 585	11 987	388 475	
Custos:				
Comissões .....	1 260	76 145		

## Relatório e Parecer do Conselho Fiscal — Exercício de 2011

## 1 — Introdução

As competências do Conselho Fiscal (CF) resultam da conjugação do disposto no artigo 24.º dos Estatutos, no artigo 420.º do Código das Sociedades Comerciais (CSC) e no n.º 17 dos Princípios de Bom Governo das Empresas do Setor Empresarial do Estado evidenciados na RCM n.º 49/2007, de 28 de março (PBG).

O presente relatório e parecer incidem sobre a atividade desenvolvida e sobre os documentos de prestação de contas de 2011.

## 2 — Atividade desenvolvida

O CF desenvolveu as suas funções com base na informação e nos esclarecimentos prestados pelo Conselho de Administração, ao qual agradece a colaboração prestada e a atenção às questões colocadas.

O CF reuniu cinco vezes durante o ano de 2011, procedendo à análise das aplicações financeiras efetuadas e da informação contabilística existente. Nas referidas reuniões esteve presente o Dr. Vítor Lilaia, Vogal do Conselho de Administração (CA), e na maior parte delas o Dr. João Santos Cipriano, representando a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas.

Após encerramento das contas, o CF analisou o relatório de gestão, as demonstrações financeiras e a proposta de aplicação dos resultados apresentados pelo CA, tendo em vista a emissão do correspondente parecer.

## 3 — Apreciação do relatório de gestão e das demonstrações financeiras

O relatório e as contas do CA evidenciam adequadamente a atividade desenvolvida no exercício e quanto possível as perspetivas futuras, bem como os aspetos relevantes cuja divulgação é requerida pela RCM

n.º 49/2007. Estes últimos são pouco significativos tendo em conta a inexistência de pessoal próprio, que não há remuneração dos membros do CA e ainda que a gestão da carteira de investimentos de *trading* está confiada à Caixa Banco de Investimento.

O Revisor Oficial de Contas emitiu certificação legal das contas sem reservas, que o CF acolheu.

Pela análise dos documentos preparados pelo CA e de outra informação colhida ao longo do exercício, o CF destaca alguns aspetos:

a) No exercício de 2011 foram realizadas as seguintes transações relevantes: (i) aquisição de ações e suprimentos na OMIP — Operador do Mercado Ibérico (Portugal), SGPS, S. A. correspondentes a 5% do capital social e de ações preferenciais sem voto na INAPA — Investimentos, Participações e Gestão, S. A. correspondentes a 33,01% do capital social e (ii) venda à acionista Parpública — Participações Públicas (SGPS), S. A. das ações que detinha na EDP — Energias de Portugal, S. A., correspondentes a 0,44% do capital social, tendo em vista a integração no lote para privatização. Estas transações concorreram para redução líquida de 22,5 M€ (milhões de euros) na rubrica de Ativos financeiros disponíveis para venda (custo das aquisições 27,6 M€ contra custo da venda de 50,1 M€).

b) Os ativos mais expressivos da missão da Parcaixa que constam nas rubricas de Investimentos em filiais e Ativos financeiros disponíveis para venda e totalizam 414,8 M€ (444,0 M€ em 31-12-2010) concorreram com rendimentos correntes de 10,7 M€, mais-valias de 5,3 M€ (venda EDP) e variação negativa direta no capital próprio por mensurações ao justo valor de 6,7 M€, traduzindo 2,2% de retorno calculado sobre o saldo médio destes ativos em 2011.

c) As disponibilidades e as aplicações de fundos (no essencial originados pela realização do capital), que atingem no final de 2011 de 499,4 M€, sem juros corridos, (503,0 M€ em 31-12-2010) geraram rendimentos líquidos de 13,5 M€ (juros de 17,2 M€ contra perdas em ativos mensurados pelo justo valor de 3,7 M€), o que traduz 2,7% de retorno calculado sobre o saldo médio destes ativos em 2011.

d) O aumento no resultado antes impostos de 2011 foi de 23,8 M€ explicado essencialmente pelo acréscimo de 10,0 M€ nos rendimentos de juros, pela obtenção de 2,0 M€ de dividendos recebidos da CLF (inexistentes em 2010), pelo reconhecimento de mais-valia de 5,3 M€ na venda das ações da EDP e pelo não reconhecimento de perdas por imparidade (em 2010 foram de 7,6 M€).

e) O rendimento integral do exercício foi de 16,5 M€ (resultado de 23,2 M€ e efeitos diretos no capital próprio por mensuração de ativos financeiros disponíveis para venda de -6,7 M€) e o capital próprio mantido durante 2011, descontando os dividendos distribuídos, foi de 1.005,4 M€, do que resulta taxa de retorno de 1,6% (0,8% em 2010 e 1,6% em 2009).

f) A mensuração de alguns ativos merece monitorização, destacando-se (i) a participação na filial Caixa Leasing e Factoring, tendo em conta que tem capital próprio inferior ao custo da participação e que apurou prejuízo em 2011; (ii) a participação na AdP, tendo em conta a acumulação de elevado montante no ativo do Grupo relativo a défices tarifários sem que se saiba o desfecho quanto à realização pelo concedente ou por imputação às tarifas; (iii) a participação na Inapa, tendo em conta a natureza das ações e as cotações em bolsa.

#### 4 — Análise da proposta de aplicação dos resultados

A proposta do CA respeita a aplicação mínima em reserva legal definida no artigo 295.º, n.º 1, do Código das Sociedades Comerciais. Para o lucro disponível é proposta a distribuição às acionistas, com respeito pelas disposições do artigo 28.º do Estatutos sobre dividendos preferenciais e pelo disposto no acordo parassocial celebrado entre as duas acionistas.

#### 5 — Parecer

Analisados os documentos de prestação de contas relativos ao exercício de 2011 da Parcaixa, SGPS, S. A., e perante a certificação legal das contas, o CF considera que estes documentos cumprem os requisitos exigíveis e que merecem aprovação.

Igualmente considera que a proposta de aplicação dos resultados de 2011 satisfaz os requisitos para aprovação.

Lisboa, 16 de maio de 2012. — O Conselho Fiscal: *José Torres Campos*, presidente — *António Gervásio Lérias* — *Catarina Nunes*.

### Certificação legal das contas

#### Introdução

1 — Examinámos as demonstrações financeiras da “Parcaixa, SGPS, S. A.”, as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2011, (que evidencia um total de 1.028.384.976 euros e um total de capital próprio de 1.021.811.594 euros, incluindo um resultado líquido positivo de 23.178.402 euros), a Demonstração dos resultados, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa, e o correspondente Anexo às demonstrações financeiras, respeitantes ao exercício findo naquela data. Estas demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites para o setor bancário em Portugal.

#### Responsabilidades

2 — É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da empresa, o resultado e os fluxos de caixa das suas operações, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3 — A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

#### Âmbito

4 — O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

A verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração na sua preparação;

A apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;

A verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e

A apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5 — O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6 — Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

#### Opinião

7 — Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da “Parcaixa — SGPS, S. A.”, em 31 de dezembro de 2011, o resultado das suas operações, as variações no capital próprio, e os fluxos de caixa, do exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites para o setor bancário em Portugal.

#### Relato sobre outros requisitos legais

8 — É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 9 de maio de 2012. — *João Amaro Santos Cipriano*, ROC n.º 631, em representação de *Abreu & Cipriano*, Auditores, SROC, inscrita sob o n.º 119 na OROC.

306228693